

Polarização política do eleitorado brasileiro: uma revisão sistemática (2012-2022)

Vitória Barros Esteves¹

Murilo de Oliveira Junqueira ²

RESUMO

Este estudo analisa a polarização política no eleitorado brasileiro nos últimos dez anos, com base em publicações de periódicos nacionais e seguindo o protocolo de Cooper (2010) para implementação de uma revisão sistemática. Por meio de uma análise crítica dos artigos selecionados e do estabelecimento de conexões teóricas, os resultados mostram que o estudo da polarização política do eleitorado no Brasil é multifacetado, envolvendo diversas variáveis como informação política, ideologia, afeto, legitimidade democrática, tolerância política, ativismo de protesto, redes sociais e partidarismo. Em relação às evidências, os pesquisadores não encontraram indícios de polarização ideológica propriamente dita no Brasil durante o período recente; mas sim evidências de polarização afetiva, principalmente entre os grupos mais engajados.

Palavras-Chave: Polarização política; Eleitorado; Brasil; Revisão Sistemática; Ciência Política.

ABSTRACT

This study analyzes political polarization in the Brazilian electorate over the last ten years, based on publications from national journals and following Cooper's (2010) protocol for implementing a systematic review. Through a critical analysis of the selected articles and the establishment of theoretical connections, the results found show that the study of the political polarization of the electorate in Brazil is multifaceted, involving several variables such as political information, ideology, affect, democratic legitimacy, political tolerance, protest activism, social networks, and partisanship. Regarding the evidence, the researchers found no evidence of ideological polarization in Brazil during the recent period, but evidence of affective

¹ Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFPa). LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6684685674867098>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3914-6499>.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPa) e da Faculdade de Ciências Sociais da mesma universidade. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2764182741921334>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3033-379X>

polarization, especially among the most engaged groups.

Keywords: Political polarization; Electorate; Brazil; Systematic Review; Political Science.

Introdução

Após os protestos de junho de 2013, a identificação das pessoas com os polos da esquerda e direita refloriu. Os manifestantes que foram às ruas gradativamente começaram a se dividir, e o movimento, que inicialmente apresentava certa unidade, fragmentou-se em duas militâncias completamente opostas (Brugnago; Chaia, 2015). Nos anos seguintes, pesquisadores observaram a continuidade dessa fragmentação, simbolizada, inclusive, pela famosa divisão com um muro de ferro no gramado da Esplanada, que separava grupos favoráveis e contrários ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Tais eventos incentivaram diagnósticos de que o Brasil estaria politicamente polarizado, especialmente em relação ao eleitorado (Bringel; Pleyers, 2015; Brugnago; Chaia, 2015; Tatagiba; Galvão, 2019; Avritzer, 2017). Além das ruas, o espaço online e as redes sociais também passaram a ser vistos como polarizados, em reflexo do que se observava na sociedade (Ortellado; Moretto, 2018).

Assim, diante das suposições de que as manifestações nas ruas e praças reorganizaram indivíduos, redes e coletivos, e, em grau maior, impactaram o próprio alinhamento político do eleitorado, torna-se mostra importante avaliar: (a) quais as evidências, na literatura brasileira de Ciência Política, de que, nos últimos dez anos, o eleitorado brasileiro se tornou mais polarizado? (b) quais as variáveis mobilizadas pelos autores para explicar o fenômeno da polarização política no contexto brasileiro?

Para responder a essas perguntas, foram selecionados uma amostra de onze artigos que compreende a totalidade dos trabalhos publicados sobre o tema da polarização política no Brasil, nos últimos 10 anos, do ponto de vista do eleitorado. Esses artigos servem também como um fio condutor para explorar uma literatura internacional mais ampla, que compara a situação brasileira com a de outros países, através de diferentes perspectivas teóricas.

Embora esse quantitativo possa parecer restrito, ele é resultado de critérios rigorosos de seleção. Asseguramos que apenas artigos revisados pelos pares, que abordam de maneira significativa a polarização política do eleitorado, no contexto brasileiro e dentro do domínio da Ciência Política ou disciplinas relacionadas correlatas, fossem incorporados à análise.

Adicionalmente, ressalta-se que, embora o período de análise seja relativamente recente (uma década), ele permite evidenciar o surgimento de novas agendas de pesquisa e dos primeiros resultados acerca das mudanças no comportamento do eleitorado brasileiro. E mais importante, permite avaliar se essas mudanças podem ser traduzidas como polarização política, uma vez que percepções sociais de “polarização percebida” nem sempre são confirmadas nos resultados empíricos.

O Brasil é um caso interessante para o estudo da polarização política, seja pelas peculiaridades do sistema político local, muito diferente do modelo norte-americano, onde se concentra a maior parte das pesquisas sobre o tema, seja pelo contexto pós-2013, marcado por conflitos políticos e pela radicalização da direita.

A partir da leitura crítica e do estabelecimento de conexões teóricas, buscamos construir um panorama abrangente e atualizado sobre a forma como o estudo da polarização política tem se desenvolvido no âmbito da Ciência Política brasileira. Dessa forma, esperamos contribuir para o avanço do conhecimento na área, fornecendo subsídios para pesquisas futuras e debates.

Com base nisso, a estrutura deste artigo se organiza da seguinte maneira: inicialmente, serão definidos os principais conceitos relacionados à polarização política. Em seguida, discutiremos a metodologia adotada, que consiste em uma revisão sistemática seguindo o protocolo de Cooper (2010). Nessa mesma seção descreveremos os artigos revisados e os critérios utilizados para a seleção da amostra.

Na sequência, serão apresentadas as principais conclusões dos artigos analisados, a partir de três tendências observadas nos estudos: (1) análise do valor da informação política e dos mecanismos virtuais de interação; (2) relação entre legitimidade democrática, tolerância política e protestos políticos; (3) estudos empíricos sobre polarização de opiniões e polarização afetiva.

Por fim, será apresentada uma breve conclusão.

O conceito de polarização política

Em primeiro lugar, destaca-se que a polarização política não é um fenômeno recente ou exclusivo do contexto brasileiro. Desde a década de 1970, a literatura norte-americana já desenvolve bases teóricas sobre o tema (Poole; Rosenthal, 1984), abordando-o a partir da ideologia, da opinião pública ou do partidarismo. Esses estudos analisam a polarização tanto sob a perspectiva das elites partidárias (ou dos partidos) quanto do eleitorado. Esse recorte (elites ou massas) dá origem a literaturas distintas, com diferentes teorias explicativas, tipos de dados e métodos de pesquisa (Abramowitz, 2010; Fiorina; Abrams, 2008; Lelkes, 2016; Ura; Ellis, 2012).

Neste trabalho, focaremos nas análises sobre a polarização no eleitorado, e não nas elites políticas (como políticos, mídia ou influenciadores).

Em segundo lugar, os avanços teóricos provenientes dessa literatura contribuíram para uma definição mais precisa do conceito de "polarização política" e para o estabelecimento de critérios que permitam identificar uma situação como verdadeiramente polarizada. Entre esses critérios, destaca-se a bimodalidade, que se manifesta quando os principais polos se deslocam para extremos opostos, ocorrendo, simultaneamente, o esvaziamento do centro.

Nos estudos sobre partidos, o centro normalmente significa partidos de centro. Já nas análises voltadas ao eleitorado, o centro corresponde aos eleitores moderados. Portanto, não basta a mera divisão do eleitorado ou um "alinhamento político fragmentado". A identificação dos eleitores com os partidos ou líderes políticos, por si só, não configura polarização.

Em terceiro lugar, a polarização pode ser estudada de três formas distintas: (I) polarização política partidária, caracterizada pelo esvaziamento dos partidos posicionados no centro do espectro ideológico; (II) polarização política ideológica, geralmente associada à diminuição dos eleitores moderados ou "de centro"; e (III) polarização afetiva, influenciada pelos níveis de desafeto em relação a grupos opositores.

Por tratarmos especificamente do eleitorado, a primeira tipificação não será abordada.

No que tange à segunda categoria, a polarização política ideológica, refere-se à divisão ou fragmentação significativa da opinião

pública ou das identidades políticas, geralmente em torno de ideologias contrastantes — por exemplo categorias como liberal versus conservador, progressista versus tradicionalista, esquerda versus direita —, ao passo que os eleitores moderados desaparecem. Nesse sentido, a polarização ideológica é determinada pela extensão da distância entre as opiniões ou identidades conflitantes.

Ademais, a polarização pode ser entendida como um processo, quando se refere ao crescimento dessa oposição ao longo do tempo. Importante ressaltar que as análises sobre a polarização ideológica operacionalizam a ideologia de duas formas distintas: de forma simbólica ou operacional.

A classificação simbólica baseia-se na autoexpressão ideológica, ou seja, em como as pessoas se autodeclaram. São perguntas como “você é liberal ou conservador?”, “você se identifica como esquerda ou direita?”¹. Por sua vez, a ideologia operacional analisa as posições dos indivíduos em relação a um conjunto de temas (issues), como, por exemplo, gastos militares, questão do aborto, políticas públicas, entre outros (Stimson, 2004)².

Mais recentemente, a literatura passou a se debruçar também sobre a chamada polarização afetiva (Iyengar *et al.*, 2012; Iyengar *et al.*, 2019; Levendusky, 2018; Mason, 2013; Lelkes, 2016). Esses estudos têm como base a teoria da identidade social, tendo os grupos — ao invés dos indivíduos — como o principal objeto de análise.

A polarização afetiva seria gerada por um forte componente emocional; uma visão negativa e cada vez mais acentuada daqueles que estão fora do grupo (*out-group*), contribuindo inversamente para caracterizar com traços positivos aqueles que estão dentro do grupo (*in-group*). A identificação partidária é o elemento crucial para essa distinção.

Nos últimos anos, surgiram também trabalhos que exploram a chamada “polarização política digital”, pautada principalmente na hipótese de que, ao se combinarem o uso de redes sociais, mecanismos de personalização que induzem à formação de bolhas e

¹ As críticas ao autopoicionamento ideológico constitui um debate rico na literatura, principalmente a partir dos achados da Escola de Michigan. No Brasil, vide Singer (2000); Carreirão (2002); Ames e Smith (2010); Oliveira e Turgeon (2015).

² Ellis e Stimson (2012) defendem que a ideologia operacional consegue exercer um poder preditivo maior, pois consegue identificar posicionamentos ideológicos consistentes e inconsistentes, os quais não poderiam ser obtidos pelo autopoicionamento.

a prevalência de desinformação no ambiente online, cria-se um cenário propício ao aumento da polarização política e do extremismo (Sunstein, 2018; Tucker *et al.*, 2018; Del Vicario *et al.*, 2017, 2017B; Flaxman *et al.*, 2016).

Metodologia da revisão sistemática

Neste trabalho, seguiremos o protocolo de revisão sistemática de Cooper (2010), que consiste em sete etapas: (1) formulação do problema; (2) busca da literatura; (3) coleta de informações dos estudos; (4) avaliação da qualidade dos estudos; (5) análise e síntese dos resultados; (6) interpretação das evidências e (7) apresentação dos resultados.

Nesta seção, explicaremos como essas sete etapas foram implementadas na pesquisa.

A primeira etapa (1) refere-se à formulação dos problemas (ou questões) a serem respondidos. Conforme mencionado anteriormente são elas: (a) quais são as evidências, na literatura brasileira de Ciência Política, de que, nos últimos dez anos, o eleitorado brasileiro se tornou mais polarizado? (b) quais as variáveis mobilizadas pelos autores para explicar o fenômeno da polarização política?

A literatura utilizada nesta revisão (2) foi extraída da base de dados da SciELO. Essa escolha visou priorizar artigos publicados em revistas e periódicos revisados por pares, em detrimento de outros tipos de publicações, como teses, dissertações ou apresentações em eventos acadêmicos, as quais frequentemente apresentam evidências preliminares de pesquisas ainda em andamento. É válido ressaltar também que as pesquisas publicadas em periódicos científicos tendem a ser mais aprofundadas que as outras mencionadas.

Inicialmente, foram encontrados 96 artigos com a utilização do termo “polarização política”, em todos os índices disponíveis da base SciELO (ano de publicação, autor, financiador, periódico, resumo e título), no período de 2012 a 2022. Esses artigos foram analisados por meio da leitura do título, resumo e introdução, resultando na exclusão de 82 trabalhos que: (I) não tratavam substancialmente de polarização política; (II) não abordavam o contexto brasileiro; (III) não pertenciam à área da Ciência Política ou áreas correlatas; ou (IV) tinham como foco de análise as elites partidárias.

Tais critérios de exclusão foram definidos para eliminar artigos que não teriam a possibilidade de responder às perguntas de pesquisa estabelecidas. Por exemplo, foram excluídos artigos que tratavam da polarização nos Estados Unidos, na Argentina, na Colômbia ou em qualquer outro país que não o Brasil. Do mesmo modo, foram descartados artigos de outras áreas do conhecimento como os de medicina, psicologia e história.

Também foram eliminados estudos cujo foco era dirigido às elites partidárias, como congressistas ou candidatos nas eleições brasileiras. Por fim, alguns trabalhos foram eliminados por não abordarem polarização política de forma substancial, ou seja, tinham no texto apenas duas ou três menções do termo, sobre como “o Brasil estava polarizado politicamente”, sem maiores discussões sobre o caráter ou evidências do fenômeno.

Realizada essas exclusões, este universo é composto por onze artigos, listados por ordem cronológica: Lattman-Weltman (2018); Machado e Miskolci (2019); Tatagiba e Galvão (2019); Pereira, Medeiros e Bertholini (2020); Oliveira (2020); Borba e Cardoso (2021); Domingues e Mendonça (2021); Ribeiro, Borba e Fuks (2022); Fuks e Marques (2022); Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) e Zafrilla (2022).

Destaca-se que o objetivo deste trabalho não foi reunir a maior quantidade possível de publicações sobre o tema, tampouco realizar uma análise bibliométrica. O foco principal é identificar estudos relevantes capazes de responder às perguntas de pesquisa propostas.

Além disso, os dados coletados foram direcionados à análise do conteúdo substantivo das discussões e à interpretação das evidências, como será apresentado a seguir.

Definido o universo e as questões de pesquisa, a terceira fase (3) refere-se à coleta de informações sobre os estudos. Assim como proposto por Sampaio (2019), utilizamos, para essa etapa, uma divisão a partir de macrodimensões que representam as duas principais categorias de informações a serem extraídas: a dimensão metodológica e a substantiva.

Na dimensão metodológica, os artigos foram classificados como empíricos quantitativos e puramente teóricos. Por artigos empíricos quantitativos, entendemos aqueles que analisam dados empíricos específicos, utilizando ferramentas estatísticas para entender a polarização política, seja ela tratada como variável dependente

ou independente. Já os artigos puramente teóricos são aqueles que realizam revisões ou desenvolvimento conceituais, ou que discutem as implicações teóricas da polarização sem recorrer à análise de um conjunto específico de dados.

Não foram encontrados, na amostra, artigos empíricos qualitativos, razão pela qual essa categoria não foi considerada na classificação apresentada.

Na dimensão substantiva, foram coletadas e sistematizadas informações sobre:

- (I) tipo de polarização política abordada (ideológica ou afetiva);
- (II) as variáveis mobilizadas;
- (III) a origem dos dados utilizados; e
- (IV) os principais resultados encontrados.

Primeiramente, em relação à metodologia, classificamos os estudos conforme seu enfoque, empírico quantitativo ou puramente teórico, considerando o conteúdo integral dos artigos. A classificação metodológica dos artigos pode ser visualizada no Quadro 1.

Quadro 01 — Síntese da classificação

Empírico quantitativo	Lattman-Weltman (2018); Tatagiba e Galvão (2019); Pereira, Medeiros e Bertholini (2020); Ribeiro, Borba e Fuks (2022); Fuks e Marques (2022); Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022).
Puramente teórico	Machado e Miskolci (2019); Oliveira (2020); Borba e Cardoso (2021); Domingues e Mendonça (2021); Zafrilla (2022).

Fonte: Elaboração própria (2025).

A classificação metodológica dos artigos, apresentada anteriormente, demonstra que a literatura sobre polarização política contempla tanto artigos que trazem evidências empíricas quanto pesquisas de caráter substancialmente teórico. Estes últimos também desempenham um papel importante, pois desenvolvem novas teorias, aprofundam conceitos, e em última instância, pois desenvolvem novas hipóteses, aprofundam conceitos e, em última instância, permitem a formulação que podem ser testadas em trabalhos empíricos.

Ainda que a polarização não seja um fenômeno novo, a produção de novos conceitos e teorias é fundamental para compreendê-la como um processo dinâmico, influenciado pelos contextos

políticos, sociais e tecnológicos de cada época². Um exemplo é o estudo de Zafrilla (2022) que, mesmo sem apresentar evidências empíricas, discute de maneira significativa a relação entre polarização política e os mecanismos da internet.

Em contrapartida, verifica-se que os estudos empíricos quantitativos utilizam métodos variados, como: estatística descritiva e regressão logística (Fuks; Marques, 2022); CEM e regressão logística (Ribeiro; Borba; Fuks, 2022); estatística descritiva, regressão linear (Pereira; Medeiros; Bertholini, 2020); medidas de correlação, estatística descritiva e regressão linear (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022). Excepciona-se o trabalho de Lattman-Weltman (2018) que utiliza um método próprio, elaborando funções matemáticas para testar seu modelo teórico.

A variedade de metodologias e técnicas adotadas indica a natureza multidimensional do estudo da polarização política, o que permite o desenvolvimento de novas estratégias de análise e amplia consideravelmente o conhecimento sobre as diferentes formas pelas quais a polarização se manifesta.

No que concerne à análise da dimensão substantiva, foram consideradas principalmente as seguintes informações: tipo de polarização política abordada; variáveis utilizadas; origem dos dados e resultados encontrados.

Em relação às variáveis observa-se que o estudo da polarização política do eleitorado brasileiro é multifacetado, mobilizando diversas variáveis, como informação política, ideologia, afeto, legitimidade democrática, tolerância política, ativismo de protesto, redes sociais e partidarismo.

Verifica-se também que nem todos os estudos consideram a polarização política (PP) como variável dependente. Em quatro estudos, ela é tratada como variável independente, enquanto, em um deles, é avaliada por meio de outra variável — a polarização afetiva, medida por meio da tolerância política —, conforme Quadro 2 a seguir:

³ Aliás, é a linha de estudo adotada por Fuks e Marques (2022), que confere valor de destaque ao contexto nos estudos da polarização, para compatibilizar os elementos nacionais com as medidas e conceitos de operacionalização.

Quadro 02 — Síntese da classificação das variáveis

PP como variável dependente	Machado e Miskolci (2019); Pereira, Medeiros e Bertholini (2020); Oliveira (2020); Fuks e Marques (2022); Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022); Zafrilla (2022).
PP como variável independente	Lattman-Weltman (2018); Tatagiba e Galvão (2019); Borba e Cardoso (2021); Domingues e Mendonça (2021).
PP medida através de outra variável	Ribeiro, Borba e Fuks (2022).

Fonte: Elaboração própria (2025).

Avaliou-se em seguida a qualidade dos estudos (4), correspondente à quarta etapa do protocolo de Cooper (2010). Para aferir essa qualidade utilizou-se o critério da correspondência, através do qual um estudo é considerado de alta qualidade quando apresenta capacidade de responder à questão proposta; em contraste, é considerado de baixa qualidade quando não consegue fornecer subsídios adequados para respondê-la.

No tocante à primeira pergunta da pesquisa, cinco dos onze trabalhos apresentam alta capacidade explicativa, ou seja, fornecem evidências sobre a polarização política do eleitorado brasileiro (Pereira; Medeiros; Bertholini, 2020; Tatagiba; Galvão, 2019; Ribeiro, Borba, Fuks; 2022; Fuks, Marques, 2022; Ortellado, Ribeiro, Zeine, 2022). Quatro fornecem apenas argumentos teóricos (Machado; Miskolci, 2019; Oliveira, 2020; Borba; Cardoso, 2021; Domingues; Mendonça, 2021) e dois (Lattman-Weltman, 2018; Zafrilla, 2022) não fornecem evidências empíricas sobre o eleitorado, pois operam predominantemente com modelos teóricos.

Em relação à segunda pergunta da pesquisa, todos os onze trabalhos apresentam alta capacidade explicativa, uma vez que, em todos eles, foi possível identificar variáveis mobilizadas e tipologias de polarização política — inclusive novas tipologias, como discutido em Zafrilla (2022). É interessante notar também que, nos estudos em que o tipo de polarização (partidária, ideológica, afetiva) não foi expressamente indicado (Lattman-Wellman, 2018; Tatagiba; Galvão, 2019; Borba; Cardoso, 2021; Domingues, Mendonça, 2021) a polarização é mobilizada como variável independente ou como fator contextual. De maneira geral, esses trabalhos tratam a polarização política como um contexto de elevado conflito, volátil, onde os grupos se opõem de forma intensificada, mas não

apresentam uma definição clara nem indicam o tipo de polarização abordada.

Assim, mesmo com a aplicação de diversos critérios de exclusão rigorosos — que restringiram a amostra a artigos que tratam substancialmente da polarização política —, ainda foram identificados estudos que não definem nem operacionalizam o conceito de maneira precisa, dificultando a formulação de conclusões seguras sobre se o eleitorado brasileiro se tornou, de fato, mais polarizado no período recente. Ademais, poucos trabalhos abordam empiricamente a polarização política no Brasil, tratando-o como variável dependente (ou seja, uma variável a ser explicada). Apenas os estudos de Pereira, Medeiros e Bertholini (2020), Fuks e Marques (2022) e Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) enquadram-se nessa categoria.

Após essa análise da qualidade, avançamos para a quinta e sexta etapas do protocolo de Cooper (2010), correspondentes à (5) análise e síntese dos resultados e à (6) interpretação das evidências. Nesta fase, explorou-se as inferências que emergiram a partir da análise combinada dos diferentes resultados de pesquisa, aprofundando a discussão sobre tais achados e sua relação com a teoria. A análise foi estruturada a partir de tendências, entendidas aqui como linhas de pesquisa recorrentes na literatura recente sobre polarização política.

A primeira tendência concentra-se em estudos que investigam como a polarização política afeta o acesso e o processamento da informação política, inclusive o fluxo desta nos meios virtuais, examinando o papel das mídias sociais e dos algoritmos na amplificação desse fenômeno.

A segunda tendência refere-se aos impactos da polarização política na chamada “crise da democracia brasileira”, abordando aspectos como legitimidade democrática, tolerância política e ativismo de protesto.

Por fim, a terceira e última tendência reúne estudos que fornecem dados empíricos sobre o comportamento do eleitorado brasileiro, em especial no que diz respeito à polarização de opiniões, posições ideológicas e afetos políticos.

Essas três tendências, embora distintas, estão interligadas e revelam como a polarização política do eleitorado pode impactar diversas áreas do regime político brasileiro. Além disso, a caracterização

por tendências permite responder de forma articulada tanto à primeira questão de pesquisa, que busca evidências empíricas da crescente polarização do eleitorado brasileiro na última década, quanto à segunda pergunta, que trata das variáveis mobilizadas para explicar esse fenômeno.

Ao considerar essas tendências, obtém-se uma visão mais abrangente e fundamentada sobre a natureza da polarização política no Brasil e os fatores que contribuem para sua intensificação. As três serão exploradas em maior profundidade na próxima seção.

Três tendências dos estudos sobre polarização política do eleitorado brasileiro

Polarização política e informação política: do valor da informação política aos mecanismos virtuais de interação

Essa primeira tendência analisa substancialmente a conexão entre polarização política e informação política, seja buscando compreender o valor atribuído à informação pelos indivíduos, seja investigando de que forma dinâmicas contextuais específicas podem contribuir para a intensificação da polarização do eleitorado. Os três trabalhos mencionados — Zafrilla (2022), Lattman-Weltman (2018), Machado e Miskolci (2019) — são inteiramente teóricos, o que indica que a literatura nacional ainda carece empíricas mais robustas desses conceitos. Em particular, há uma lacuna quanto à investigação baseada em observações da relação entre o uso das redes sociais e a intensificação da polarização política do eleitorado no Brasil, sobretudo no período pós-2013.

O modelo teórico de Lattman-Weltman (2018) pressupõe que a informação política não possui valor intrínseco, mas que seu valor de utilidade varia em função de diversos fatores — dentre eles, o grau de polarização do sistema político. Nessa perspectiva, a polarização tem impacto na maneira como consumimos e interagimos com a informação política e na forma como absorvemos narrativas específicas, sejam elas notícias, discursos de campanha ou qualquer outra forma de informação política. Em outras palavras, em um

contexto de alta polarização política, o próprio consumo de informação política pelo eleitorado.

Ao abordar a polarização política como uma variável de conteúdo amplo, o autor não especifica a tipologia abordada, se ideológica, partidária ou afetiva (Lattman-Weltman, 2018, p. 244). Com frequência, observa-se a falta de especificação nos estudos teóricos desta revisão quanto à tipologia específica da polarização política. Essa ausência pode dificultar a operacionalização do conceito, caso se queira mensurar e testar modelos empíricos relacionados a ele.

É possível inferir, a partir do modelo proposto, que o valor ou utilidade atribuída à informação política pelo "consumidor" estaria diretamente relacionada à forma de seu engajamento político. Segundo Lattman-Weltman (2018), os militantes ou engajados seriam os indivíduos que mais investiriam na vida política e os que tendem a julgar indispensável sua própria intervenção no debate público. Esse aspecto do modelo teórico dialoga diretamente com hipóteses desenvolvidas na literatura internacional recente, segundo as quais os segmentos mais polarizados do eleitorado são justamente os mais engajados (Abramowitz, 2010; Fiorina, 2017; Kleiner, 2018; Fuks; Marques, 2022; Lattman-Weltman, 2018).

O cerne da discussão reside no fato de que eleitores engajados, além de apresentarem maior probabilidade de estar politicamente polarizados, atribuem maior valor à informação política em comparação ao cidadão comum. Eles também tendem a avaliar conteúdos narrativos, como *fake news*, boatos e discursos polarizadores, de maneira seletiva, aceitando ou rejeitando tais conteúdos de acordo com suas preferências políticas.⁴

Essas dinâmicas já são observadas em estudos contemporâneos, tanto na literatura internacional quanto nacional. Lelkes (2016), por exemplo, demonstrou que nos Estados Unidos a polarização política se concentra principalmente em relação aos "partidários", isto é, aqueles com maior envolvimento político. No contexto brasileiro, Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) identificaram níveis mais elevados de polarização afetiva entre a população mais engajada politicamente, definidos como aqueles que participam com maior frequência de atividades políticas.

⁴ Evidências adicionais sobre esse fenômeno nos eleitores brasileiros podem ser encontrados em Lelo (2020).

Nesta tendência, destaca-se também o trabalho de Zafrilla (2022), que investiga o impacto da internet e das redes sociais na polarização política. O autor reconhece que o uso dessas plataformas pode gerar uma polarização real, a qual se manifesta em duas dinâmicas: intergrupo e intragrupo.

A polarização intragrupo ocorre tanto de forma individual ou coletiva. A forma individual se dá quando os sujeitos radicalizam suas opiniões por meio da obtenção de informações sobre determinados assuntos nos meios *onlines*, especialmente quando essa obtenção decorre de mecanismos de personalização dos algoritmos. A forma coletiva intragrupo, por outro lado, refere-se à integração entre indivíduos que compartilham das mesmas visões políticas dentro de um grupo homogêneo, o que pode resultar na formação de bolhas informacionais e câmaras de eco. Por sua vez, a polarização intergrupo surge a partir da interação entre sujeitos com opiniões divergentes, em geral marcada por um debate combativo e antagonizado nos ambientes digitais (Zafrilla, 2022).

Ao examinar de forma mais detalhada a linha de argumentação proposta pelo autor, nota-se que ela parte da premissa de que a informação política que circula na internet é essencial para produzir essas interações intragrupo e intergrupo. Parte-se do entendimento de que os conteúdos políticos transitam pelas redes e que os indivíduos interagem com eles de forma ativa. No entanto, esse ponto de partida já é amplamente reconhecido pela literatura. O que vem ganhando força mais recentemente é a argumentação de que essa circulação de conteúdo nas redes não ocorre de forma irrestrita ou diversificada como se supunha inicialmente.

Ao contrário, cada vez mais se reconhece que os conteúdos são submetidos a mecanismos de filtragem e personalização, resultando na formação de ambientes informacionais fechados, denominados como bolhas filtradas, câmaras de eco, condomínios informacionais, ou outras denominações similares (Sunstein, 2018). Isso se deve à dinâmica de operação e monetização da internet, que se baseia na personalização de conteúdo e na "economia da atenção", não estando o conteúdo político virtual isento dessas customizações.

O argumento de Zafrilla (2022) está alinhado com a literatura recente da ciência política norte-americana. Autores como Pariser (2011), Magrani (2014), Sunstein (2018) e Tucker (2018) concordam que as bolhas virtuais tendem a aumentar a distância entre

os usuários e opiniões divergentes, ao confiná-los em condomínios políticos ideologicamente homogêneos. Entretanto, o conceito tradicional de polarização política pressupõe a demonstração empírica de um esvaziamento do centro. Isso levanta uma questão sobre o que seria considerado “centro” na internet. Seriam os indivíduos que não se manifestam? Aqueles que evitam debater determinados temas? Ou talvez aqueles que não se engajam nas discussões políticas nas redes?

Sem uma delimitação clara e observável desse centro, muitas análises acabam evidenciando apenas alinhamentos políticos divisivos, o que é comum em pesquisas baseadas em dados extraídos de redes sociais. Esses estudos frequentemente revelam apenas a divisão entre os usuários a partir da ideologia⁵ ou em temas específicos, como por exemplo, no mapeamento realizado por Ortellado e Ribeiro (2018). Inclusive, esse é um dos principais desafios na operacionalização do conceito de polarização aplicado às dinâmicas digitais.

Os debates sobre a relação entre informação política virtual e polarização política destacam igualmente os intensos conflitos entre diferentes grupos, nos quais predomina a rejeição por aqueles que estão fora do grupo, enfraquecendo a possibilidade de diálogo entre posições distintas. Tais características se aproximam da noção de um contexto em que há presença da polarização afetiva, marcada por um forte componente emocional. Nesse contexto, os indivíduos passam a atribuir traços negativos cada vez mais intensos aos que não pertencem ao seu grupo, ao mesmo tempo em que valorizam positivamente aqueles com os quais se identificam.⁶

Por sua vez, na intenção de investigar os impactos das redes sociais para a polarização política no Brasil, destaca-se o estudo realizado por Machado e Miskolci (2019). Seu tema de pesquisa é o efeito de isolamento informacional proporcionado pelas redes sociais, em que as visões de mundo são reforçadas dentro de grupos específicos, formando consensos polarizados e intensificando a polarização política em torno de certas pautas.

⁵ Nesse caso, a ideologia operacional poderia ser medida a partir de como os indivíduos se posicionam em relação aos temas discutidos na internet, o que iria requerer adaptações no modo tradicional de mensurar essa variável.

⁶ Além do afeto, é importante destacar que a base da construção do conceito norte-americano de polarização afetiva é o partidarismo, o qual infla o distanciamento social entre grupos.

Para os autores, nos últimos cinco anos, grupos políticos se aproveitaram do ecossistema técnico-informacional das plataformas para manipular notícias, definir agendas e promover suas ideias, contribuindo para a desinformação e a polarização política nesse espaço (Machado; Miskolci, 2019). No plano geral, o estudo procura explicar como a informação política nas redes sociais foi manuseada por esses grupos, especialmente após as manifestações de 2013, retratando o ativismo de rua e digital desse momento histórico.

A análise desses estudos revela uma tendência, por parte da literatura, de examinar a conexão entre polarização política e informação política, seja para compreender o valor atribuído a esta, seja para entender de que forma dinâmicas relacionadas a um contexto específico podem gerar polarização política do eleitorado.

Os três trabalhos mencionados, Zafrilla (2022), Lattman-Weltman (2018), Machado e Miskolci (2019) são artigos inteiramente teóricos, o que indica que a literatura nacional ainda precisa avançar na operacionalização empírica desses conceitos, investigando, principalmente, em que medida as redes sociais geraram polarização política do eleitorado após 2013.

Polarização política e a crise da democracia: legitimidade democrática, tolerância política e protestos políticos

A segunda tendência é representada por artigos que buscam entender como a polarização política, sobretudo a polarização do eleitorado, contribui para a “crise da democracia” no Brasil: Tatagiba e Galvão (2019); Borba e Cardoso (2021); Domingues e Mendonça (2021) e Ribeiro, Borba e Fuks (2022). Os artigos dessa tendência partem do pressuposto de que a polarização acirrada tem impactado negativamente a governabilidade, a representatividade e a confiança nas instituições democráticas. Especificamente, os artigos aqui elencados exploram essa crise a partir dos seguintes elementos: (I) diminuição da legitimidade ou “desejabilidade social” da democracia, (II) diminuição da tolerância política entre grupos políticos opostos; e (III) como os protestos podem ter gerado polarização contribuindo para a crise democrática brasileira.

O trabalho de Borba e Cardoso (2021) escolhe o caminho da legitimidade democrática. Para os autores, investigar se a democracia

está em crise perpasse, principalmente, por entender se ela é socialmente “desejada”. O foco desta abordagem não são as elites partidárias nem as instituições políticas, e sim o eleitorado.

Na linha de argumentação proposta pelos autores, quanto mais o eleitorado estiver polarizado politicamente, mais ele estará propenso a renunciar a princípios democráticos para ver seus oponentes derrotados, o que pode levar à reversão autoritária dos regimes políticos, sendo esta reversão, inclusive, desejada por parte desses eleitores.

Porém, algo importante a se destacar é que esta abordagem pressupõe que os eleitores estejam polarizados, ou seja, que eles estejam posicionados nos extremos. Ocorre que, nos estudos mais recentes sobre polarização política no Brasil, não se encontra evidências empíricas de polarização ideológica, ao passo que se obtém evidências de polarização afetiva (Fuks; Marques, 2022; Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022)⁷.

Por outro lado, no período recente, estudos comprovam que houve um maior alinhamento ideológico dos eleitores no Brasil (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022; Fuks; Marques, 2022, Borges; Vidigal, 2018). Logo, o pressuposto de polarização ideológica estaria ausente, não obstante cada vez mais a legitimidade democrática parece ser questionada.

No caso brasileiro, seria, então, o caso de investigar se o alinhamento ideológico pode ter contribuído para a diminuição da legitimidade e desejabilidade democrática. Na verdade, o dilema de mero alinhamento político versus polarização política é um impasse que já vem sendo explorado pela literatura norte-americana, cujo entendimento é de que, embora a polarização política implique necessariamente em alinhamento, o eleitorado, no geral, pode estar alinhado sem estar profundamente polarizado (Levendusky, 2017).

Recentemente, autores como Fuks e Marques (2022), Nunes (2022), Costa (2019) e Domingues e Mendonça (2022) indicaram que os sinais percebidos de polarização política no Brasil são, na verdade, resultantes de uma polarização política assimétrica, que surge a partir de uma reorganização e radicalização da direita. Assim, o alinhamento político radicalizado da direita parece ter contribuído de forma mais significativa para uma possível diminuição

⁷ Para uma tese de doutorado que segue a mesma linha de argumentação, ver Costa (2019).

da legitimidade democrática, inclusive a partir de um comportamento digital de atores política da direita, materializado a partir da atividade digitais que disseminam valores antidemocráticos e ataques institucionais (Massuchin; Orso; Saleh, 2021).

Por sua vez, o artigo de Ribeiro, Borba e Fuks (2022) também busca investigar as novas formas de manifestações do eleitorado brasileiro e sua relação com os valores democráticos. Em especial, os autores analisam a mudança nos níveis de tolerância política e seus efeitos comportamentais. A polarização afetiva é medida através da intolerância ou tolerância do eleitorado em relação a determinados grupos, conjuntamente com o engajamento em atividades de protesto político.

A tolerância é medida através de perguntas como “você aceitaria ser amigo de uma pessoa do grupo X?”, “você se casaria com uma pessoa do grupo X?” entre outras. Os resultados da investigação mostraram-se preocupantes, uma vez que, nos três grupos analisados, o eleitorado brasileiro está fortemente dividido entre intolerantes e tolerantes, sendo que, em um dos resultados, houve preponderância dos intolerantes.

Por outro lado, os dados também revelam que ser tolerante eleva em 55% a probabilidade de participação em protestos. Ou seja, são os tolerantes (e não os intolerantes) que mais participam de manifestações. Uma hipótese levantada pelos autores para explicar esse resultado é que há semelhanças entre os custos sociais para a tolerância e para o ato de participar.

Esses autores, Ribeiro, Borba e Fuks (2022), analisam a polarização afetiva com base na tolerância política, representando um avanço significativo na medição desse fenômeno no Brasil. Os dados utilizados neste trabalho são provenientes do LAPOP (*Latin American Public Opinion Project*) de 2017, o único ano em que o levantamento incluiu perguntas que permitiam essa mensuração, graças à adição de itens que investigavam os sentimentos dos respondentes em relação a grupos alvos de antipatia.

Além disso, uma das questões do estudo abordava diretamente os sentimentos em relação ao PT e ao PSDB, revelando uma divisão significativa. Ribeiro e Fuks (2019), também utilizando também os dados do LAPOP 2017, identificaram que 37% do eleitorado brasileiro expressa uma profunda rejeição tanto ao PT quanto ao PSDB, sendo essa rejeição dispersa na sociedade.

Ambas as pesquisas evidenciam uma escassez considerável de surveys com itens capazes de mensurar a polarização afetiva no Brasil. Essa limitação é também temporal, uma vez que não há registros de pesquisas anteriores que permitam comparação com os dados de 2017. Tal escassez dificulta a mensuração da polarização afetiva em um país que possui uma série de peculiaridades em relação aos contextos europeu e norte-americano – como multipartidarismo, presidencialismo e um forte partidarismo negativo voltado principalmente para o PT.

Os artigos de Tatagiba e Galvão (2019) e Domingues e Mendonça (2021) realizam um esforço para compreender os protestos ocorridos nos últimos anos no Brasil e seus efeitos sobre a democracia. Na verdade, todos os quatro artigos desta tendência – e também o de Machado e Miskolci (2019), da tendência anterior – mobilizam os protestos como parte da justificativa de suas análises. Ou seja, partem do pressuposto de que algo mudou no Brasil pós-2013: a identidade ideológica das pessoas ressurgiu, e, em última instância, isso marcou o início da polarização política que se espalharia pelo país.

Nesse sentido, Tatagiba e Galvão (2019) argumentam que a polarização política foi uma dinâmica comum nos protestos recentes do Brasil (2011-2016). Atribuem como eixo principal desta polarização os grupos antipetistas, que assumiram protagonismo ao mobilizarem a luta contra a corrupção.

Domingues e Mendonça (2021), por sua vez, argumentam que a crise da democracia envolve uma série de fatores, incluindo o tribalismo polarizado e a contaminação da esfera pública por estratégias de desinformação e sobrecarga de informações. Especificamente em relação a esses "tribalismos polarizados", os autores destacam que a transformação de grupos opositores em inimigos tem sido uma constante na dinâmica de protestos, não apenas no Brasil, mas também em outros países.

Nessa perspectiva, emerge uma política de "vale tudo", na qual os custos da tolerância política se elevam, podendo inclusive haver interferência nos processos eleitorais, por vezes com apoio institucional, por parte de movimentos antidemocráticos. Os autores reconhecem ainda que essa polarização se beneficia do engajamento personalizado nas redes sociais e dos efeitos das bolhas de isolamento, resultando no enfraquecimento das identidades coletivas.

Por fim, Oliveira (2020) enfatiza como o combate à corrupção foi mobilizado nos protestos recentes no Brasil. Segundo o autor, houve uma transição do descontentamento generalizado, “contra tudo”, para ataques específicos ao PT e à esquerda. Essa transição, no entanto, não teria ocorrido de forma espontânea, mas seria fruto de um trabalho político de articulação e mobilização de grupos “antipetistas” (incluindo mídia, grupos partidários e atores do sistema judiciário), que transformam o descontentamento generalizado com o sistema político em indignação direcionada a um partido específico e ao sistema de alianças que o sustentava no poder.

Tal estratégia permitiu a conversão, consolidação e difusão da “luta contra a corrupção” como uma luta contra o PT, intensificando o partidarismo negativo em relação a esse partido, nomeado de forma difusa como “antipetismo”.

Dessa forma, tanto a primeira quanto a segunda tendência reconhecem que as dinâmicas do mundo virtual desempenharam um papel na polarização política no Brasil. Reconhecem ainda, que o ativismo de protesto não se limitou apenas ao mundo físico, estendendo-se também ao mundo virtual. As redes sociais tendem a reforçar alinhamentos políticos já existentes nas massas. Esse reforço pode ocorrer por meio de mecanismos automatizados, como os algoritmos de personalização, ou por meio de estratégias de desinformação e *micro-targeting* político (Bennet, 2014) – impulsionados ou não por lideranças políticas, líderes de opinião ou indivíduos engajados.

Além disso, existe uma perspectiva comum entre os artigos dessa segunda tendência: a interação entre polarização política e ativismo de protesto cria um ciclo em que as posições extremas se reforçam e se radicalizam progressivamente. Essa dinâmica contribui para a fragmentação da sociedade e prejudica a capacidade de diálogo político e de construção de consensos, podendo ainda gerar episódios de violência política e insurreição.

Os estudos que seguem essa linha pressupõem que já vivemos em um ambiente social no qual poucos cidadãos possuem crenças moderadas, enquanto o número de cidadãos com posições extremas é elevado. Isso não apenas aumenta a pressão para escolher um lado, como também afeta a forma como as pessoas selecionam e avaliam as informações consumidas e as mensagens que compartilham, reforçando atitudes previamente adotadas.

Outrossim, a expectativa do aumento da influência social e política do grupo oposto, acompanhada de políticas específicas que não representam as próprias convicções, pode desencadear sentimentos de privação relativa — ou seja, a sensação de que se recebe menos benefícios do sistema político-social, em comparação com as próprias expectativas e o que se percebe ser recebido por outros grupos. Esse sentimento, por sua vez, torna mais provável o engajamento em protestos coletivos.

Logo, a polarização exerce um efeito mobilizador importante sobre o comportamento de protesto.

Polarização política do eleitorado brasileiro nos dados empíricos: polarização de opiniões e polarização afetiva

Nessa última tendência, colacionamos os artigos que trazem evidências empíricas sobre a polarização política do eleitorado no Brasil, em especial aqueles que investigaram a polarização como variável dependente. São os artigos de Pereira, Medeiros e Bertholini (2020), Fuks e Marques (2022) e Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022). Esses estudos são fundamentais para testar empiricamente hipóteses e teorias sobre o contexto brasileiro, utilizando abordagem quantitativa. Dito isso, é forçoso reconhecer que há um descompasso entre a centralidade do conceito de polarização no debate político brasileiro e a existência de poucos estudos empíricos sobre o tema.

Um dos fatores que pode explicar essa quantidade limitada de pesquisas é a baixa disponibilidade de *surveys* que possam ser utilizados para testar a polarização. As pesquisas de opinião com dados brasileiros mais citadas são o ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), cuja primeira onda só ocorreu em 2002, e o LAPOP, cuja primeira disponibilidade ocorreu só em 2010. Nos Estados Unidos, *surveys* nacionais como o *General Social Survey* (GSS) e *National Electoral Studies* (NES) estão disponíveis, pelo menos, desde a década de 1970.

Na tentativa de superar essa lacuna, Costa (2019) criou o *Brazilian Policy Mood*, índice formado por 20 perguntas selecionadas a partir de pesquisas realizadas pelas seguintes

⁸ O conceito de privação política adotado segue a linha de Kleiner (2018, p. 04).

organizações: Datafolha, Ibope, Criterium, Fundação Perseu Abramo (FPA), Latinobarômetro, LAPOP, *World Value Survey* (WVS), *The Brazilian Electoral Panel Studies* (BEPS) e ESEB.

Além da quantidade limitada de dados primários, existem problemas no conteúdo das questões, como apontado por Borges e Vidigal (2018): as questões presentes nos ESEBs realizados em 2002, 2010 e 2014 não eram as mesmas, o que comprometeu a comparabilidade dos dados e, conseqüentemente, o estudo dos autores.

Outro ponto a se considerar é que apenas recentemente os *surveys* passaram a incluir perguntas que permitem investigar a tipologia mais recente da polarização – a polarização efetiva – como é o caso do LAPOP de 2017, único ano em que o levantamento foi realizado com perguntas voltadas a sentimentos do respondente em relação a grupos alvos de antipatia.

Feita essa ressalva inicial, passamos agora a discutir os três artigos alinhados à tendência desta seção.

O primeiro trabalho, de Pereira, Medeiros e Bertholini (2020), concentra-se na polarização de opiniões em relação às políticas de isolamento social e ao desempenho de políticos durante a pandemia. Os autores oferecem uma visão de como o eleitorado avaliou as medidas tomadas naquele ano. Os resultados da pesquisa identificaram polarização apenas nas opiniões dos eleitores de direita e centro-direita, especialmente em relação ao presidente e à sua atuação durante a pandemia. Esse estudo produziu dados primários sobre a opinião pública agregada dos eleitores em um dado momento verificando a posição destes em relação a determinadas lideranças políticas e permitindo análises longitudinais futuras.

No segundo trabalho, realizado por Fuks e Marques (2022), o contexto assume destaque para explicar a natureza, a dinâmica, o nível e até o tipo predominante da polarização em cada país. Os autores destacam elementos contextuais específicos do Brasil, como a baixa estruturação e as constantes rupturas do sistema partidário, assim como a persistência de padrões personalistas nas relações entre eleitores e políticos. Essa linha de argumentação — enfatizar o contexto — já vinha sendo utilizada por Fuks e Marques desde 2020 (Fuks; Marques, 2020) Por isso, escolheram analisar a polarização afetiva no Brasil tanto em relação aos

partidos (PAP)⁹ quanto às lideranças (PAL). Os resultados mostraram que, em 2018, tanto a PAP quanto a PAL obtiveram seus índices mais elevados¹⁰, o que indica que a polarização afetiva foi mais intensa naquele ano.

É importante notar que esse aumento coincide justamente com o ano do confronto entre o PT e o PSL. Até 2014, o principal embate do PT era contra o PSDB, uma dinâmica definida pelos autores como uma “bipolarização” (Limongi, Cortez, 2010; Cervi, 2014). Contudo, ao contrastar esse resultado com as descobertas de Borges e Vidigal (2018), que utilizaram dados do ESEB até 2014, observa-se que não foi identificada polarização afetiva entre os partidários do PT e do PSDB. Dessa forma, o crescimento registrado parece ter sido influenciado pela substituição do PSL como principal opositor do PT.

Outros resultados revelaram que houve um aumento no número de eleitores que se posicionaram ideologicamente, especialmente à direita. Ainda que tenha havido um aumento significativo de eleitores alinhados à direita em 2018, o percentual dos eleitores de centro manteve-se constante. Assim, para Fuks e Marques (2022), esses dados indicam que o fenômeno em curso no Brasil não se encaixa na definição de polarização ideológica encontrada na literatura norte-americana¹¹.

Na dimensão operacional da ideologia (dados do LAPOP de 2008-2019), os autores analisaram o posicionamento dos eleitores em relação a dois temas: direitos dos homossexuais para casar e a adoção de políticas firmes de combate à desigualdade. Os resultados mostraram que, embora os brasileiros estivessem mais divididos em relação a esses tópicos, essa divisão não assumiu a forma de clivagem partidária. De maneira geral, esses achados seguem a tendência de outros trabalhos, nos quais se percebe um maior alinhamento ideológico do eleitorado, mas não uma polarização ideológica propriamente dita.

Fuks e Marques (2022) testaram ainda se a polarização estaria concentrada nos segmentos mais engajados politicamente, seguindo

⁹ PAP é a diferença entre as notas dadas ao PT e ao partido que disputou com ele o segundo turno (2002-2018) e o PAL é operacionalizada a partir da diferença entre os módulos de afeto direcionado aos dois candidatos presidenciais do segundos turnos (FUKS, MARQUES, 2022).

¹⁰ PAP e PAL apresentaram aumento expressivo e estatisticamente significativo em 2018. (FUKS, MARQUES, 2022).

¹¹ Os dados mostraram que eleitores de direita aumentaram significativamente em 2018, passando de 23-28% para 43%, sendo o crescimento da esquerda discreto, e o centro, que havia aumentado de 2010-2014, se manteve constante.

uma tendência internacional. As variáveis explicativas adotadas foram o interesse por política, a participação política e a identificação partidária. Os resultados mostraram que indivíduos mais interessados por política têm mais chance de estarem polarizados afetivamente em relação a líderes e partidos, assim como de serem extremistas ideológicos. Da mesma forma, indivíduos mais participativos politicamente tendem a estar mais polarizados afetivamente em relação a líderes e partidos, além de apresentar maior propensão ao extremismo ideológico. Por fim, indivíduos com identidade partidária definida também têm mais chance de exibir polarização afetiva em relação a líderes e partidos de serem ideologicamente extremos (Fuks; Marques, 2022).

Esses resultados estão parcialmente alinhados com os argumentos teóricos apresentados por Kleiner (2018), segundo os quais indivíduos com alto interesse por política têm maior probabilidade de estarem polarizados, inclusive sendo extremistas ideológicos. No entanto, é importante ressaltar que Kleiner abordava essa questão em relação à polarização de opiniões, e não à polarização afetiva. Contudo, há elementos comuns entre os dois enfoques, como a correlação positiva entre engajamento político, interesse por política e vinculação a um partido específico com maiores chances de se tornar um extremista ideológico e de apresentar níveis mais altos de polarização (sobretudo em relação à polarização afetiva). Indivíduos com essas características não apenas reconhecem a importância crucial de sua ação política para evitar que o grupo opositor obtenha sucesso, como também agem ativamente para impedi-lo. Em níveis extremos de polarização política, esses eleitores, situados nos extremos ideológicos ou partidários, podem até mesmo estar dispostos a renunciar à democracia como forma de impedir que grupos adversários cheguem ao poder, o que representa uma ameaça à legitimidade democrática (Borba; Cardoso, 2021).

Por último, Ortellado, Ribeiro e Zeine, também publicado em 2022, oferece evidências empíricas adicionais sobre a polarização política do eleitorado brasileiro. Em relação à polarização de opiniões, os autores constataram que o tema “divórcio” apresentou os índices mais altos entre os temas morais analisados, seguido por questões sobre “direitos da população LGBTQIAP+”, “prostituição” e, com menor intensidade, “aborto”. Eles identificaram que o ano de nascimento é a variável com maior poder explicativo da

polarização de opiniões, o que sugere que a polarização observada no Brasil é, em grande parte, um conflito de valores entre gerações — aspecto não abordado pelos demais estudos citados.

Em relação à polarização ideológica¹², os autores confirmaram a hipótese de que o posicionamento ideológico dos eleitores brasileiros apresentou uma queda entre 1990 e 2010, voltando a crescer a partir de 2010-2012, com um progressivo aumento dos extremos ideológicos desde de então. Esses resultados corroboram os achados por Fuks e Marques (2020) e contradizem parcialmente as conclusões de Borges e Vidigal (2018).

Quanto à polarização afetiva¹³, os dados mostraram que ela é mais acentuada entre a população engajada, ou seja, aquela que participa de atividades políticas.

Assim, todos os estudos mencionados fornecem contribuições relevantes sobre a polarização política do eleitorado brasileiro, respondendo de modo substantivo à primeira pergunta de pesquisa proposta neste trabalho. Em síntese, no tocante à polarização de opiniões, os pesquisadores encontram evidências de que, durante a pandemia os eleitores de direita e centro-direita estavam mais polarizados do que se esperaria, principalmente em relação à atuação do presidente à época, Jair Messias Bolsonaro, no enfretamento da pandemia (Pereira; Medeiros; Bertholini, 2020). Essa abordagem possui a vantagem de permitir a verificação da opinião agregada dos eleitores sobre ações específicas de uma liderança política.

No plano geral, sobre temas políticos, Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) identificaram indícios de polarização em relação a assuntos que geram conflitos sociais. Diante disso, pode-se concluir que o eleitorado brasileiro apresenta, em certo grau, polarização quanto às suas opiniões. Importa destacar que, para explicar essa polarização de opiniões, os pesquisadores mobilizam diferentes variáveis explicativas, como ideologia simbólica (Pereira; Medeiros; Bertholini, 2020), idade (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022) e até mesmo diferenças de renda (Costa, 2019), o que proporciona uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

Por outro lado, as evidências empíricas não sustentam a hipótese de uma polarização ideológica do eleitorado entre 2012-2022

¹² O texto Ribeiro, Ortellado e Zeine (2022) denomina de “polarização de identidades” o que chamamos acima de “polarização ideológica”.

¹³ Os autores utilizaram o LAPOP 2017 e correlacionaram intensidade da identificação política com esquerda ou direita com a intensidade do gosto/desgosto por pessoas com determinadas identidades políticas.

no Brasil — contrariando, inclusive, expectativas formuladas por parte da literatura teórica. Quando se analisa a polarização ideológica através da metodologia considerada mais adequada — isto é, a partir da avaliação da divergência em relação a temas específicos (ideologia operacional), e não da autoidentificação ideológica (ideologia simbólica), observa-se que não há esvaziamento das posições moderadas. Essa constatação não se limita aos dois últimos estudos analisados nesta seção (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022; Fuks; Marques, 2022), mas é reforçada por outros trabalhos da literatura brasileira, como Borges e Vidigal (2018) e Costa (2019).

Logo, ainda que seja difundida a suposição de que o Brasil atravessa um cenário de intensa polarização ideológica, essa percepção não se confirma nos dados empíricos. O que os estudos apontam, com maior precisão, é para um aumento no posicionamento ideológico a partir de 2010-2012, com uma crescente concentração de identidades nos extremos opostos do espectro. Isso indica, antes, uma fragmentação ideológica progressiva da sociedade brasileira.

Diante de evidências negativas como essas, ganham força os argumentos de que a polarização consegue ser mais bem explicada a partir de uma base identitária (*identity-based theory*) do que propriamente ideológica. E a polarização, neste contexto, diria menos respeito a divergências sobre políticas públicas ou questões sociais (*issues*) e mais à identificação grupal e ao afeto (Mason, 2018). Há diversas evidências empíricas de que o eleitorado brasileiro está polarizado no campo afetivo (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022; Fuks; Marques, 2022; Ribeiro; Borba; Fuks, 2022; Costa, 2019). Essas pesquisas indicam, inclusive, que tal polarização se estrutura principalmente entre petismo e antipetismo — isto é, sentimentos positivos e negativos em relação ao PT — e que ela é mais saliente entre a população engajada, ou seja, aquela que participa de atividades políticas. Esse aspecto ressalta a importância do envolvimento político na forma como os indivíduos constroem e expressam suas identidades políticas.

É importante ressaltar que esses trabalhos foram publicados muito recentemente, um em 2020 e os outros dois em 2022, o que sugere que o contexto político atual no Brasil tem estimulado a produção acadêmica sobre o tema. No geral, esses resultados também evidenciam um ponto que destacamos na introdução deste trabalho: nem sempre as percepções sociais amplamente difundidas são

empiricamente traduzidas como polarização política. Essa "quebra de expectativa", como observada por pesquisadores desde a década de 1990 nos Estados Unidos (Dimaggio *et al.*, 1996), parece ocorrer também no Brasil, sobretudo no tocante à polarização ideológica.

Ao considerarmos de forma ampla todas as discussões apresentadas nessa seção, verifica-se que há uma preocupação central em investigar a existência da polarização, principalmente por sua possível relação com o aumento de fenômenos negativos, tais como violência política, fragmentação social e política, desinformação, declínio da confiança e legitimidade nas instituições, bem como a intolerância generalizada. Assim, essa preocupação parece estar mais associada à busca por explicações para esses fenômenos negativos atualmente observados do que à busca pela polarização em si.

Portanto, ao prosseguir com novas pesquisas, é fundamental dialogar com o quadro teórico já desenvolvido, promovendo investigações mais robustas sobre o contexto brasileiro de polarização política. Somente assim será possível obter informações mais precisas sobre as dinâmicas e características atuais do eleitorado brasileiro.

Considerações finais

Durante esta revisão sistemática, identificou-se um número reduzido de artigos que abordavam substancialmente a polarização política. Esse quantitativo limitado pode ser explicado por dois fatores: Primeiro, pelos critérios de inclusão adotados, que permitiram apenas a inserção de estudos considerados relevantes; segundo, pelo fato de a polarização política ser um fenômeno recente no contexto brasileiro.

Além disso, ao buscar responder à segunda questão de pesquisa, constatou-se que a maioria dos estudos não trata a polarização política como objeto principal de investigação. Por um lado, isso resulta em análises mais amplas, que examinam como a polarização influencia outras variáveis — como democracia, informação política, tolerância e legitimidade democrática. Por outro lado, essa abordagem acaba por negligenciar a investigação da polarização política em si, muitas vezes deixando de conceituá-la de maneira precisa e tratando-a como uma variável de definição vaga.

Além disso, a quantidade de trabalhos que apresentam evidências empíricas ainda é baixa. Isso pode indicar que, embora estejamos avançando significativamente no plano teórico, ainda caminhamos mais lentamente para operacionalizar e testar empiricamente a polarização política no Brasil.

É importante ressaltar que esse avanço mais lento pode ser explicado, em parte, pela disponibilidade limitada de dados de opinião pública, especialmente no que diz respeito aos *surveys*. Nos trabalhos analisados, as pesquisas mais citadas são o ESEB, cuja primeira onda só ocorreu em 2002 e o LAPOP cujo primeira base de dados ficou disponível apenas em 2010 — levantamentos relativamente recentes, se comparados aos estudos internacionais.

Na tentativa de superar essa limitação, autores como Costa (2019) recorreram a métodos que agregam itens de diversas fontes de opinião pública do Brasil. No que se refere especificamente à polarização afetiva, vale destacar que somente a partir de 2017, através do LAPOP, foram incluídas perguntas que permitem mensurá-la de forma mais adequada. Diante desse cenário, é possível considerar a exploração de outras fontes de dados, além das tradicionais pesquisas de opinião, para análise da polarização política como, por exemplo, dados extraídos da internet ou das redes sociais.

Quanto ao conteúdo substantivo dos textos presentes no universo analisado, identificaram-se três linhas de pesquisa que vêm sendo desenvolvidas no Brasil, aqui denominadas de tendências. A primeira tendência investiga a relação entre polarização política e informação política, examinando como essa relação afeta o valor da informação e como os mecanismos virtuais de interação podem produzir ou acentuar a fragmentação do eleitorado. A segunda tendência explora a conexão entre polarização política e a crise da democracia, com foco em aspectos como legitimidade democrática, tolerância política e protestos políticos. Por sua vez, a terceira tendência se debruça sobre a polarização política com base em evidências empíricas, com predominância de resultados que indicam que o eleitorado brasileiro está polarizado no que diz respeito às suas opiniões e, sobretudo, na dimensão afetiva — sendo esta última mais acentuada entre a população mais engajada.

Diante desses resultados, um caminho promissor para pesquisas futuras é o aprofundamento da investigação sobre os segmentos engajados, em todos os espaços em que se manifestam, incluindo o ambiente virtual. Outro possível eixo de desenvolvimento é o diálogo entre a literatura sobre polarização política e os estudos sobre a radicalização da direita, campo que apresenta suas próprias especificidades e desafios teóricos e metodológicos.

Isso evidencia que o estudo sobre a polarização política está longe de ser simples e unidimensional. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno complexo, que exige abordagens interdisciplinares e contínuo refinamento analítico. É fundamental, portanto, continuar aprofundando a pesquisa nessa área, de modo a possibilitar uma compreensão mais abrangente, empírica e informada sobre o tema — contribuindo, assim, para a promoção de um ambiente político de maior diálogo no Brasil.

REFERÊNCIAS

- “BOLSONARISTAS têm conflito no Congresso com a Polícia Legislativa.” (2023), UOL Notícias, 8 jan.
- “PETISTA morto por bolsonarista: 6 vezes em que violência política pode ter sido estimulada em discursos”. (2022), *BBC News*, 11 jul.
- ABRAMOWITZ, A. I. (2010), *The Disappearing Center: Engaged Citizens, Polarization, and American Democracy*. New Haven, Yale University Press.
- AMES, B.; SMITH, A. E. (2010), *Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006*. *Journal of politics in latin america*, 2, 3:3-38. Disponível em: <https://d-nb.info/1010398814/34>, consultado em 12/06/2023. ISSN:1868-4890.
- AVRITZER, L. (2017), *Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest*. *Opinião Pública*, 23, 1: 43-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201723143>, consultado em 13/12/2022. ISSN: 1807-0191.
- BORBA, J.; CARDOSO, G. R. (2021), *Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional*. *Opinião Pública*, 27, 2: 333-359. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/PLJBkZCWMrGLZMZZpCBxvRn/abstract/?lang=pt.>, consultado em 12/06/2023. ISSN: 1807-0191.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. (2018), *Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras*. *Opinião Pública*, 24, 1:53-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/pVWZC8RnnP6d3pnQKygCPRg/abstract/?lang=pt.>, consultado em 21/11/2021. ISSN: 1807-0191.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. *et al.* (2015), *Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil*. *Nova sociedade*, 30, 88:4-17. Disponível em: https://www.academia.edu/19525635/Junho_de_2013_dois_anos_depois_Polariza%C3%A7%C3%A3o_impactos_e_reconfigura%C3%A7%C3%A3o_do_ativismo_no_Brasil. consultado em 21/11/2021. ISSN: 0251-3552.
- BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. (2014), *A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook*. Aurora:

- revista de arte, mídia e política, 7, 21: 99-129. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4817>, consultado em 21/11/2021. ISSN: 1982-6672.
- CARREIRÃO, Y. S. (2002), **Identificação ideológica e voto para presidente**. Opinião Pública, 8, 1: 54-79, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3475>, consultado em 11/06/2023. ISSN: 1807-0191.
- CARREIRÃO, Y. S. (2007), **Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006**. Opinião Pública, 13, 2: 307-339. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3527>, consultado em 11/06/2023. ISSN: 1807-0191.
- CARREIRÃO, Y. S. (2008), **Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros**. Opinião pública, 14, 2: 319-351. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3517?locale-attribute=en>, consultado em 11/06/2023. ISSN: 1807-0191.
- CERVI, E. U. (2014), **Eleições casadas, votos solteiros e PT em namoro eleitoral com PSDB: uma descrição da tendência de polarização das eleições presidenciais entre 1994 e 2014**. Em Debate, 6, 6: 25-46. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6121>, consultado em 12/02/2023. ISSN: 2176-4883.
- COSTA, A. S. R. (2019), **Origem, causas e consequências da polarização política**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.
- COOPER, H. (2010), *Research Synthesis and Meta-Analysis: A Step-by-Step Approach*. 4a ed. Thousand Oaks: Sage.
- DEL VICARIO, M. et al. (2016), *Modeling confirmation bias and polarization*. *Scientific Reports*, 7, 1: 1-12. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304757373_Modeling_confirmation_bias_and_polarization, consultado em: 11/06/2023. ISSN: 2045-2322.
- DEL VICARIO, M. et al. (2016), *Users Polarization on Facebook and Youtube*. *Plos One*, 11, 8: 1-24. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0159641>, consultado em: 11/06/2023. ISSN: 1932-6203.
- DIMAGGIO, P.; EVANS, J.; BRYSON, B. (1996), *Have American's social attitudes become more polarized?. American journal of Sociology*, 102, 3: 690-755. Disponível em:

http://cpi.stanford.edu/_media/pdf/Reference%20Media/DiMaggio_1996_Public_Opinion.pdf, consultado em: 21/11/2021. ISSN: 0002-9602.

ELLIS, C.; STIMSOM, J. A. (2012), *Ideology in America*. New York: Cambridge University Press.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. (2008), *Political Polarization in the American Public*. *Annual Review of Political Science*, 11, 1:563-588. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.11.053106.153836?journalCode=polisci>, consultado em: 09/01/2024. ISSN: 1367-5788.

FLAXMAN, S.; GOEL, S.; RAO, J. M. (2016), *Filter Bubbles, Echo Chambers, and Online News Consumption*. *Public Opinion Quarterly*, 80, 1: 298–320. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article/80/S1/298/2223402?login=false>, consultado em: 11/06/2023. ISSN: 0033-362X.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. (2020), *Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018*. *Opinião Pública*, 26, 3: 401-430. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263401>, consultado em 13/12/2022. ISSN: 1807-0191.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. (2022), *Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil*. *Opinião Pública*, 28, 3: 560–593. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8671918>, consultado em 12/06/2023. ISSN: 1807-0191.

GRAHAM, M. H. ; SVOLIK , M. W. (2020), *Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States*. *The American Political Science Review*, 114, 2: 392 - 409. Disponível em: <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/campuspress.yale.edu/dist/6/1038/files/2019/10/Graham-and-Svolik-Democracy-in-America-Partisanship-Polarization-and-the-Robustness-of-Support-for-Democracy-in-the-United-States.pdf>, consultado em 12/06/2023. ISSN: 0003-0554.

IYENGAR, S.; LELKES, Y.; LEVENDUSKY, M.; MALHOTRA, N.; WESTWOOD, S. J. (2019), *The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States*. *Annual Review of Political Science*, 22, 1: 129–146. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-polisci-051117-073034>, consultado em 09/01/2024. ISSN: 1367-5788.

- IYENGAR, S.; SOOD, G.; LELKES, Y. (2012), *Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization*. *Public Opinion Quarterly*, v. 76 n. 3, p. 405–431, 2012. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article-abstract/76/3/405/1894274>, consultado em 09/01/2024. ISSN: 0033-362X.
- KLEINER, T. M. (2018), *Public opinion polarisation and protest behavior*. *European Journal of Political Research*, 57, 4: 941-962. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1475-6765.12260>, consultado em 21/11/2021. ISSN: 0304-4130.
- LATTMAN-WELTMAN, F. (2018), *Desventuras da influência política midiática no Brasil pós-1988: uma teoria da demanda por informação política*. *Opinião Pública*. 24, 2: 239-269. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018242239>, consultado em 13/12/2022. ISSN: 1807-0191.
- LELKES, Y. (2016), *Mass polarization: Manifestations and measurements*. *Public Opinion Quarterly*, 80, 1: 392-410. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article/80/S1/392/2223374>, consultado em 09/01/2024. ISSN: 0033-362X.
- LELO, T. V. (2020), *A influência do partidarismo na recepção de fake news e fact-checking em contexto de polarização política*. *Observatorio (OBS*)*, 14, 3: 134-154. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1534>, consultado em 21/08/2022. ISSN: 1646-5954.
- LEVENDUSKY, M. (2018), *Americans, not partisans: Can priming American national identity reduce affective polarization?* *The Journal of Politics*, 80, 1: 59-70. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/693987>, consultado em 21/11/2021. ISSN: 0022-3816.
- LEVENDUSKY, M. (2017), *Morris Fiorina's foundational contributions to the study of partisanship and mass polarization*. *The Forum*, 15, 1: 189-201, 2017. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Morris-Fiorina%E2%80%99s-Foundational-Contributions-to-the-Levendusky/82bfb0295c44b081e3a84e615d312b89e7eceddc>, consultado em 11/06/2023. ISSN: 1540-8884.
- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. (2010), *As eleições de 2010 e o quadro partidário*. *Novos Estudos Cebrap*, 29, 3: 21-37. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/cBQMhf-QMBxDjQbqB3Xcwkzx/>, consultado em: 12/06/2023. ISSN: 1980-5403.

- MACHADO, J.; MISKOLCI, R. (2019), *Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira*. *Sociologia & Antropologia*, 9, 3: 945-970. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/q8zsjyJYW3Jf3DBFSzZJPB-g/?lang=pt.>, consultado em 12/06/2023. ISSN: 2238-3875.
- MASON, L. (2013), *The rise of uncivil agreement: Issue versus behavioral polarization in the American electorate*. *American Behavioral Scientist*, 57, 1: 140-159. Disponível em: https://www.academia.edu/2510368/The_Rise_of_Uncivil_Agreement_Issue_Versus_Behavioral_Polarization_in_the_American_Electorate., consultado em: 21/11/2021. ISSN: 0002-7642.
- MASON, L. (2018), *Uncivil Agreement: How Politics Became Our Identity*. Chicago: University of Chicago Press.
- MENDONÇA, R. F.; DOMINGUES, L. B. (2022), *Protestos contemporâneos e a crise da democracia*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 37, 1: 1-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fh7HVMWfMVgz95W5tDGmtHk/>. consultado em 12/06/2023. ISSN: 2178-4884.
- OLIVEIRA, W. J. F. (2020), *Anti-corruption protests, alliance system and political polarization – Civitas*. *Revista de Ciências Sociais*, 20, 3: 439-453, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/6nX5fXJFVH9kDqcBzy8cwMd/abstract/?lang=en.>, consultado em 12/06/2023. ISSN: 1678-4588.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. (2015), *Ideologia e comportamento político no eleitorado Brasileiro*. *Opinião Pública*, 21, 3: 574-600. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/Pb63mLjcLy8pNzjjKRGmZmG/?format=pdf&lang=pt.>, consultado em: 12/06/2023. ISSN: 1807-0191.
- ORTELLADO, P., RIBEIRO, M. M.; (2018), *Gráficos Mostram polarização política nas redes sociais no Brasil*. *Revista Galileu*, 10 ago.
- ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L. (2022), *Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião*. *Opinião Pública*. 28, 1: 62-91. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162.>, consultado em: 13/12/2022. ISSN: 1807-0191.
- PAVESI, P.; VALENTIM, J. (2019), *Emoção e Polarização nas e pelas Redes Digitais: a gestão de repertórios afetivos por públicos em rede*. *Revista Sinais*, 2, 23:100-127.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/24056>., consultado em 21/11/2021. ISSN: 1981-3988.

PEREIRA, C.; MEDEIROS, A.; BERTHOLINI, F. (2020), **O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos**: consequências políticas da pandemia da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54, 4: 952-968. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/wnnq8HZZPkscGB69yV6FN9M/?lang=pt>., consultado em 12/06/2023. ISSN: 1982-3134.

POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H. (1984), *The polarization of American politics*. *The Journal of Politics*, 46, 4: 1061-1079, 1984. Disponível em: <https://authors.library.caltech.edu/81761/2/sswp476%20-%20published.pdf>., consultado em 11/06/2023. ISSN: 0022-3816.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; FUKS, M. (2022), **Tolerância política e ativismo de protesto no Brasil**: efeitos comportamentais do apoio a direitos políticos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1, 38, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/kJVmz6vRSShmCtRTJpmDCDr/>., consultado em 12/06/2023. ISSN: 2178-4884.

RIBEIRO, E.; FUKS, M. (2019), **Tolerância política no Brasil**. *Opinião Pública*, 25, 3: 531-555. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253531>., consultado em 13/12/2022. ISSN:1807-0191.

SAMPAIO, D.; FILHO, D. B. F. (2019), **Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil**: uma revisão sistemática. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 1, 88: 1–25. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/469>, consultado em 11/06/2023. ISSN: 2317-6644.

SAMUELS, D.J.; ZUCCO, C. (2018), *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

SINGER, A. (2000), *Direita e esquerda no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP.

SUNSTEIN, C. R. (2017), **Republic**: Divided Democracy in the Age of Social Media. Nova Jersey: Princeton University Press.

STIMSON, J. (2004), *Tides of consent: How public opinion shapes American politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- SVOLIK, M. W. (2019), **Polarização versus democracia**. *Journal of Democracy* (em português), 8, 2: 1-21. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/jd-out/O%20significadode4dejunho.pdf>., consultado em: 12/06/2023. ISSN: 1045-5736.
- SVOLIK, M. W. (2020), *When polarization trumps civic virtue: partisan conflict and the subversion of democracy by incumbents*. *Quarterly Journal of Political Science*, 15, 1: 3-31. Disponível em: <https://www.nowpublishers.com/article/Details/QJPS-18132>., consultado em 12/06/2023. ISSN: 1554-0634.
- TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. (2019), **Os protestos no Brasil em tempos de crise** (2011-2016). *Opinião Pública*, 25, 1: 63–96, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/jop/a/C5zs3mVLLL3YXVvVpw4jhkG/abstract/?lang=pt>., consultado em 11/06/2023. ISSN: 1807-0191.
- TUCKER, J. et al. (2018), *Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature*. Elsevier.
- URA, J. D. ELLIS, C. R. (2012), **Partisan moods: Polarization and the dynamics of mass party preferences**. *The Journal of Politics*, 74, 1: 277-291. Disponível em: [http://people.tamu.edu/~jura/papers/Ura%20&%20Ellis%20\(2012\)%20JOP.pdf](http://people.tamu.edu/~jura/papers/Ura%20&%20Ellis%20(2012)%20JOP.pdf)., consultado em 11/06/2023. ISSN: 0022-3816.
- ZAFRILLA, P. J. P. (2022), *El tribalismo digital, entre la furia y la farsa: pinchemos la burbuja de la polarización artificial en internet*. *Opinião Pública*, 28, 1: 33-61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228133>., consultado em 13/12/2022. ISSN: 1807-0191.
- ZUCCO JÚNIOR, C. (2011), **Esquerda, direita e governo**. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T.; ZUCCO JÚNIOR, C. (Orgs.). *O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.